



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Toré Lima. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Joaquim Campos assumiu a presidência da Mesa e o vereador Toré Lima subiu à tribuna. Este fez então a leitura do trecho do Evangelho segundo São Marcos – capítulo 9, versículos de 38 a 40 – refletindo depois sobre a atitude daqueles que falam em nome de Jesus, em nome de Deus, discutem, debatem, mas cometem falso testemunho – aproveitam-se do Evangelho e da Igreja para fazê-lo. Tratou depois da festividade de Santa Rita de Cássia, que vinha acontecendo já há uma semana, relatando que participara da procissão ocorrida em 22 de maio, dia desta que é considerada a santa das causas impossíveis. Informou que participa diretamente das comemorações há quatorze anos, mas o dia anterior foi de muita devoção e emoção e viu no semblante das pessoas, fiéis e romeiros, um pedido de paz na cidade. Lembrou que na data houve cinco homicídios na cidade, não tendo a polícia nenhuma pista quanto aos autores de nenhum deles. Durante a procissão, agradeceu pelas graças alcançadas ao longo do ano e também pediu que houvesse paz. Expressou não ser mais possível que haja tantos assassinatos, sem que ninguém se atreva a investigá-los. Reportou-se depois à proposta do DEM – encaminhada através do presidente do partido, Antônio Carlos Magalhães Neto (prefeito de Salvador), e do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia (DEM – RJ) – de redução dos preços dos combustíveis. Pontuou que são dois tipos de reajuste que a população vem enfrentando ao longo do tempo: reajuste dos combustíveis e reajuste nas tarifas de energia elétrica. Em relação aos preços dos combustíveis, mais de 50% é constituído de impostos. O DEM desafia agora os governos estaduais a cortar os impostos para que o combustível diminua de preço. Comentou que se há diminuição no preço nas refinarias, isto não chega ao consumidor final. Por outro lado, qualquer mínimo aumento é logo repassado, fazendo aumentar o preço de todos os produtos. Informou estar preparando um requerimento ao prefeito municipal solicitando que se monte um grupo para impedir a continuidade dos aumentos nos preços dos combustíveis em nosso estado. Lembrou que já são mais de trinta aumentos desde o início do ano, considerando que alguma coisa precisa ser feita para impedir que isto continue. Criticou a omissão do Ministério Público e dos órgãos de defesa do consumidor diante desta situação. Repetiu que pretende dar início à formação de um grupo pluripartidário para combater a continuidade destes aumentos. Findo seu pronunciamento, reassumiu a presidência da sessão. Fabrício Gama esclareceu que os preços dos combustíveis no Brasil são atualizados em conformidade com as variações no mercado internacional, de acordo com a nova política do governo federal adotada para a Petrobrás. Considerou ser esta uma política equivocada, cujos efeitos negativos são sentidos pela sociedade. Ressaltou, entretanto, que isto advém da necessidade de recuperação da empresa, assaltada nos anos anteriores por governos corruptos, envolvendo grupos políticos nacionais. Assim, a sociedade brasileira paga pelos prejuízos causados pela corrupção. Declarou ser necessário renovar a classe política no Brasil, retirar de cena, através do voto, os homens públicos implicados nas investigações para que possamos ter esperança de melhorias no país. Reportou-se depois à autorização dada por esta Casa para que a Prefeitura Municipal de Belém - PMB contraísse empréstimo – no valor de 110 milhões de reais – junto ao Banco do Brasil. Destacou que esta operação só se tornou possível devido à administração correta realizada pelo prefeito Zenaldo Coutinho. Detalhou que parte deste montante será utilizada na recuperação e reestruturação do Complexo de Abastecimento do Jurunas, na reforma e padronização do Mercado Municipal de Icoaraci, na reforma do Mercado Municipal de Mosqueiro. Acrescentou que o Mercado de Santa Luzia já foi completamente reformado, o Mercado Municipal da Pedreira teve a parte de hortifrutigranjeiros reformada, o Mercado do Guamá também passou por reforma e o Mercado da Cabanagem recebeu reforma parcial. Disse que tudo que é possível fazer está sendo feito pela PMB. Em Mosqueiro, a Prefeitura entregou quatro ambulâncias para atender a população e foram entregues também trezentas bicicletas além de *tablets* para todos os alunos das escolas municipais da

localidade. Informou que será posto em prática um projeto pela Secretaria Municipal de Educação - SEMEC de levar educação tecnológica para as salas de aula, opinando que quadro e giz não prendem mais a atenção do aluno em sala de aula, pois a maioria dos discentes tem acesso à *internet* via celular. Pregou a necessidade de inovar a educação, melhorar os salários dos professores, investindo também na qualificação dos docentes. Em relação ao Mercado de São Brás, explicou que esta sendo feita uma Parceria Público-Privada – PPP objetivando-se não apenas recuperá-lo, mas também gerar emprego e renda. Além da área destinada à venda de hortifrutigranjeiros, peixe, camarão e outros gêneros e daquela reservada à comercialização de artesanato, haverá bares e restaurantes, prevendo-se o funcionamento diuturno daquele espaço público. Joaquim Campos expressou que aos vereadores compete tratar das questões relativas ao Município, mas frequentemente isto esbarra no que é da alçada do governo estadual. Comentou sobre a matéria de capa da edição deste dia do jornal Diário do Pará – “Sargento é assassinado e tem a arma roubada – Pará, 26 policiais militares já foram mortos em 2018” – dizendo que a caçada continua. Lembrou que alguns vereadores subiram à tribuna desta Casa recentemente para pedir atenção à conservação do patrimônio histórico da cidade e do estado. Em Bragança, após a tragédia, tenta-se recuperar o Palacete Augusto Correa. Inteirou a plenária de que o senador Jäder Barbalho conseguira o recurso de 01 milhão de reais para recuperação daquele prédio histórico. Entretanto, por incompetência da gestão municipal, o dinheiro permaneceu na conta da Prefeitura de Bragança e nada foi feito. Lamentou que o palacete secular tivesse virado escombros (o prédio desabou na segunda-feira, 21/05/2018) e disse que o senador Jäder Barbalho tentará agora conseguir recursos para que ele seja reerguido. Deplorou que a população daquele município tenha ajudado a eleger alguns deputados federais que, uma vez empossados, não fizeram nenhum empenho para proteger o patrimônio e a cultura de uma cidade mais antiga que a nossa capital. Externou que há muito a lamentar pelo descaso com o nosso patrimônio, exemplificando que há inúmeros casarões antigos e tombados em Belém que estão sendo escorados com pedaços de pau por todos os lados para não cair. Acusou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN de inoperância, pois este falha na fiscalização da aplicação dos recursos destinados à proteção do patrimônio histórico e arquitetônico. Denunciou depois o abandono da Praça da Matriz em Icoaraci – muito mato e lixo tomam conta do local – e intimou o administrador daquela área a tomar as providências necessárias para sua recuperação. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PMDB – PHS, Igor Normando repercutiu a insatisfação de alguns empreendedores em Belém com o valor alto do IPTU e a falta de incentivo ao empresariado local. Disse que em outras capitais há incentivos à atividade empresarial, o que gera emprego e renda. Chamou a atenção para o fato de que vivemos uma crise recessiva e é preciso estimular a economia para que esta volte a crescer. Manifestou ser necessário fomentar o empreendedorismo, dialogando com a iniciativa privada e abrindo espaços para que as indústrias se instalem. Citou como exemplo a Ilha do Combú, que tem grande potencial turístico, mas não conta com boa infraestrutura para receber visitantes. Reportou que Belém não tem um hotel de selva, embora estejamos na Amazônia. Defendeu a diminuição da burocracia e da carga tributária para estimular a atividade empresarial. Pela liderança do PRB, Simone Kahwage referiu-se à agressão sofrida por Clara Emanuele Santos Vieira na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA. Esta foi torturada e teve os cabelos cortados pelo ex-marido, que também ameaçou matá-la caso ela se envolvesse com outro homem. O caso teve grande repercussão nas redes sociais. Pontuou que desde o início de seu mandato tem se dedicado à causa do fim da violência contra a mulher. Avaliou que a legislação existente coibindo esta prática é adequada, mas precisa ser cumprida. Há campanhas sendo feitas diuturnamente buscando conscientizar potenciais vítimas e eventuais agressores, há políticas públicas desenvolvidas sobre o tema, há cada vez mais mulheres que assumem cargos públicos e mandatos e trabalham pela diminuição da violência de gênero, mas apesar disso as agressões continuam acontecendo. Explicou que a agressão sofrida provoca um trauma e este permanece, sendo de difícil superação. Afirmou saber disso por experiência própria: sofreu tal violência por cinco anos e por esse motivo dedica-se a esta causa. Referiu que, quando a mulher gosta do companheiro, fica esperando que ele mude, mas tal mudança não ocorre e é necessário que ela tome uma atitude. Pediu apoio aos demais vereadores para que este tema esteja sempre em evidência neste parlamento. Considerou que, felizmente, hoje as mulheres não se calam mais - vão às delegacias, procuram a ajuda de psicólogos e são auxiliadas a buscar uma nova vida, constituir uma nova família e recuperar a confiança em si mesmas. Pela liderança do bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade, Fabrício Gama acusou o IPHAN de ter uma atuação politizante, sendo um pêndulo - ainda - do PT. Deste modo, tem prejudicado o trabalho da Prefeitura de Belém: impediu, por detalhes técnicos, que fosse feita a reforma da Feira do Ver-o-Peso e tentou impedir que fosse feita a recuperação do Bar do Parque, que fez parte da reforma realizada na Praça da República pela atual gestão municipal. É assim o responsável direto pelos problemas enfrentados atualmente pelos feirantes do Ver-o-Peso. Havia dinheiro em caixa para a recuperação da feira, mas o IPHAN não deu a licença para sua consecução. Fabrício Gama, agora falando pela liderança do Governo, disse que beneficiar a população é o que importa. Esta não pode sofrer as consequências de disputas políticas que impedem a realização de obras importantes

para a coletividade. Não importa também de onde vêm os recursos para a realização de obras, que devem ser feitas com qualidade e eficiência. Parabeniza o político que consegue disponibilizá-los uma vez que o bem estar do povo é o que realmente importa. Acrescentou que o IPHAN critica os projetos, mas não aponta correções a serem feitas, não encaminha soluções. Lembrou que cerca de 30% da população não se recadastrou para votar nas próximas eleições. Julgou que isto ocorre porque o povo não acredita mais nos políticos. Pelo bloco PSB – PSDB – PTB, Igor Andrade fez uma saudação à Santa Rita de Cássia, cuja procissão ocorrera no dia anterior, percorrendo as ruas do bairro de Canudos, e já é tradicional. Informou que sempre acompanha o evento, faz distribuição de água aos participantes em frente à casa de sua família e um café é servido à vizinhança após a passagem do cortejo. Agradeceu depois ao secretário da SESAN, senhor Cláudio Mercês, pelos trabalhos desenvolvidos por esta secretaria no bairro de Canudos – limpeza pública e operação tapa buracos. Externou que isto se estenderá para outras ruas e outros bairros de Belém. afirmou que o IPHAN tornou-se um cabide de empregos e de politicagem que estorva o trabalho da Prefeitura. No caso da Feira do Ver-o-Peso, foi estabelecida uma parceria entre o governo estadual e o governo municipal, com destinação conjunta de recursos para reforma e recuperação do logradouro. Infelizmente, forças ocultas agiram e impediram que fosse realizada a revitalização daquele complexo. Acrescentou que há pessoas que torcem para que nada dê certo para a cidade. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro reportou-se às greves que atingem a UEPA e a rede pública estadual de educação. Externou que isto é reflexo dos cortes sucessivos que atingiram o setor educacional. Em nível federal, houve a aprovação da Emenda Constitucional 95 que permitiu o congelamento dos investimentos em educação e saúde por vinte anos. Em nível estadual ocorreu o estrangulamento da educação. O orçamento anual da UEPA, nos últimos anos, diminuiu de 18 milhões de reais para 03 milhões de reais, uma redução drástica que impacta na qualidade da educação de nível superior. Infelizmente, avaliou, de cada dez estudantes do ensino superior, nove são alunos de escolas privadas. Entretanto, as universidades públicas respondem pela grande maioria das produções científicas no Brasil. Classificou a atual gestão estadual como inimiga da educação: o governador Simão Jatene recusa-se a pagar o piso nacional dos professores, embora isto tenha sido determinado pela justiça. Manifestou então sua irrestrita solidariedade aos trabalhadores em educação, tanto em nível estadual quanto em nível federal. Encerrado o Horário de Liderança, fez-se a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante na pauta desta Primeira Parte e o vereador Igor Andrade pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa de leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado por unanimidade pela plenária. Fez-se em seguida a leitura do requerimento do vereador Fabrício Gama solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição do dia 23/05/2018, intitulada “Acordo vai reduzir açúcar em alimentos”. Fizeram o encaminhamento os vereadores Fabrício Gama e Toré Lima, sendo o requerimento aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura do requerimento do vereador Gustavo Sefer solicitando a realização de uma sessão especial para homenagear o Cartório do 2º Ofício, na administração do cartório Diego Kós Miranda, em data a combinar. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Gustavo Sefer. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando licença parlamentar no dia 28/05/2018, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura do requerimento da vereadora Marinor Brito solicitando a realização de uma sessão especial para debater sobre a situação dos servidores públicos, que entrarão em período de data base. Não havendo encaminhamentos, este entrou em votação. A vereadora Marinor Brito, autora do requerimento, pediu então que ele fosse retirado de pauta uma vez que a data base dos servidores públicos já ocorrera. Neste momento, o vereador Henrique Soares pediu Questão de Ordem observando que, como o requerimento já estava em votação, somente poderia ser retirado por um acordo de lideranças. O presidente Mauro Freitas perguntou então às lideranças partidárias presentes se havia óbice à retirada do requerimento. Não havendo manifestação contrária, este foi retirado de pauta. Foi feita em seguida a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no site Diário Online – DOL, no dia 09/03/2018, intitulada “De acordo com dados do IBGE, dinheiro do paraense pode não sobrar nem para comer”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento da vereadora Simone Kahwage solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no G1 Bahia, no dia 16/05/2018, intitulada “Jovem denuncia que foi torturada e teve os cabelos cortados por ex-marido, filho de prefeito na Bahia”. Na votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a realização de uma sessão especial para discutir as ações do Boulevard Gastronômico. Fizeram o encaminhamento os vereadores Mauro Freitas (tendo assumido a presidência da Mesa o vereador Toré Lima) e Fabrício Gama. Reassumiu posteriormente a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas, ficando o requerimento em votação. Findo o período regimental da Primeira Parte, fez-se nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Passou-se então à discussão única e votação, com dispensa de interstício, ao projeto que “Autoriza o excelentíssimo

senhor prefeito municipal de Belém a ausentar-se da cidade de Belém e do país no período de 09 a 17/06/2018”, referente ao Processo nº 801/18, de autoria da Prefeitura Municipal de Belém. Na discussão, manifestou-se o vereador Amaury da APPD. O vereador Toré Lima pediu então autorização ao presidente Mauro Freitas para fazer a leitura do ofício enviado pelo prefeito Zenaldo Coutinho a esta Casa de Leis, o que foi permitido. Após a leitura do documento, o projeto foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade com vinte votos favoráveis. O presidente Mauro Freitas declarou então aprovado o projeto referente ao Processo nº 801/18. Iniciou-se então a discussão única e votação, com dispensa de interstício, ao projeto que “Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Municipal Direta por servidores públicos municipais”, referente ao Processo nº 1580/05, de autoria do ex-vereador Paulo Fonteles. Na discussão, não houve oradores, entrando o projeto em votação. O vereador Fernando Carneiro solicitou posteriormente que os artigos deste projeto que não contivessem emendas fossem votados em bloco e de forma simbólica. O vereador Moa Moraes não concordou com a sugestão dada pelo vereador Fernando Carneiro e solicitou que os artigos do projeto fossem votados nominalmente. O vereador Moa Moraes pediu então Questão de Ordem solicitando que as emendas ao projeto fossem objeto de nova avaliação por parte dos vereadores, o que não foi atendido em virtude deste já se encontrar em votação. Foi feita então a leitura do artigo 1º. Quando este foi posto em votação, não houve quórum e o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às onze horas e cinco minutos. Estava licenciado o vereador França. Justificaram suas ausências os vereadores: Blenda Quaresma, Dr. Elenilson, Rildo Pessoa e Víctor Dias. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Fabrício Gama, Marciel Manão e Bioco, pelo bloco PMN – PEN – Solidariedade – PR; Lulu das Comunidades, Gustavo Sefer e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Igor Normando, John Wayne e Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS; Igor Andrade, Paulo Bengtson, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Wellington Magalhães e Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Delegado Nilton Neves, Adriano Coelho e Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Fernando Carneiro e Marinor Brito, pelo PSOL; Simone Kahwage e Toré Lima, pelo PRB. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 23 de maio de 2018.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário